



---

## - LEGISLAÇÃO SANCIONADA DA PAUTA FEMININA-

### LEGISLATURA 2019-2022

- **SANCIONADOS EM 2019**

**1 - LEI Nº 13.797, DE 3 DE JANEIRO DE 2019** - Altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

**2 - LEI Nº 13.798, DE 3 DE JANEIRO DE 2019** - Acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.

**3 - LEI Nº 13.803, DE 10 DE JANEIRO DE 2019** - Altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para obrigar a notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar quando superiores a 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei.

**4 - LEI 13.811, DE 12 DE MARÇO DE 2019** - Confere nova redação ao art. 1.520 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para suprimir as exceções legais permissivas do casamento infantil.

**5 - LEI Nº 13.812, DE 16 DE MARÇO DE 2019** - Institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

**6 - LEI 13.816, DE 24 DE ABRIL DE 2019** - Inscreve os nomes de Dandara dos Palmares e de Luiza Mahin no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

**7 - LEI Nº 13.819, DE 26 DE ABRIL DE 2019** - Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

**8 - LEI Nº 13.824, DE 9 DE MAIO DE 2019** - Altera o art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a recondução dos conselheiros tutelares.

**9 - LEI Nº 13.827, DE 13 DE MAIO DE 2019** - Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes, e para determinar o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

**10 - LEI Nº 13.831, DE 17 DE MAIO DE 2019** - Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), a fim de assegurar autonomia aos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios; e dá outras providências.

**11 - LEI Nº 13.834, DE 4 DE JUNHO DE 2019** - Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para tipificar o crime de denúncia caluniosa com finalidade eleitoral.

**12 - LEI Nº 13.836, DE 4 DE JUNHO DE 2019** - Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar.

**13 - LEI Nº 13.839, DE 4 DE JUNHO DE 2019** - Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para prever, no conceito de segurança alimentar e nutricional, a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio das medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável, bem como a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos.

**14 - LEI Nº 13.845, DE 18 DE JUNHO DE 2019** - Dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para garantir vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

**15 - LEI Nº 13.871, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019** - Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar e aos dispositivos de segurança por elas utilizados.

**16 - LEI Nº 13.872, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019** - Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.

**17 - LEI Nº 13.878, DE 3 DE OUTUBRO DE 2019** - Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a fim de estabelecer os limites de gastos de campanha para as eleições municipais.

**18 - LEI Nº 13.880, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019** - Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a apreensão de arma de fogo sob posse de agressor em casos de violência doméstica, na forma em que especifica.

**19 - LEI Nº 13.882, DE 08 DE OUTUBRO DE 2019** - Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir a matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio.

**20 - LEI Nº 13.894, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019** - Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento ou dissolução de união estável nos casos de violência e para tornar obrigatória a informação às vítimas acerca da possibilidade de os serviços de assistência judiciária ajuizarem as ações mencionadas; e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever a competência do foro do domicílio da vítima de violência doméstica e familiar para a ação de divórcio, separação judicial, anulação de casamento e reconhecimento da união estável a ser dissolvida, para determinar a intervenção obrigatória do Ministério Público nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar, e para estabelecer a prioridade de tramitação dos procedimentos judiciais em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar.

**21 - LEI Nº 13.895, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019** - Institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Pessoa Diabética.

**22 - LEI Nº 13.896, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019** - Altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, para que os exames relacionados ao diagnóstico de neoplasia maligna sejam realizados no prazo de 30 (trinta) dias, no caso em que especifica.

**23 - LEI Nº 13.902, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2019** - Dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras.

**24 - LEI Nº 13.931, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019** - Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para dispor sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher.

**25 - LEI Nº 13.935, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019** - Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

**26 - LEI Nº 13.968, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019** - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar o crime de incitação ao suicídio e incluir as condutas de induzir ou instigar a automutilação, bem como a de prestar auxílio a quem a pratique.

- **SANCIONADOS EM 2020**

**27 - LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020** - Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

**28 - LEI Nº 13.980, DE 11 DE MARÇO DE 2020** - Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que “dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, o tratamento e o seguimento dos cânceres de colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS”, para garantir a realização de ultrassonografia mamária.

**29 - LEI Nº 13.982, DE 2 DE ABRIL DE 2020** - Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

**30 – LEI Nº 13.984, DE 3 DE ABRIL DE 2020** - Acrescenta inciso V ao art. 23 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer, como medida protetiva de urgência à ofendida, a frequência do agressor a centro de educação e reabilitação.

**31 – LEI Nº 13.989, DE 15 DE ABRIL DE 2020** - Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2).

**32 – LEI COMPLEMENTAR Nº 172, DE 15 DE ABRIL DE 2020** - Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros, provenientes de repasses federais, nos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**33 – LEI Nº 14.017, DE 29 DE JUNHO DE 2020** - Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e dá outras providências.

**34 – LEI Nº 14.018, DE 29 DE JUNHO DE 2020** - Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), no exercício de 2020, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).

**35 – LEI Nº 14.021, DE 7 DE JUNHO DE 2020** - Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública.

**36 – LEI Nº 14.022, DE 7 DE JULHO DE 2020** - Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

**37 – LEI Nº 14.028, DE 27 DE JULHO DE 2020** - Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para garantir que o receituário médico ou odontológico de medicamentos sujeitos a prescrição e de uso contínuo tenha validade pelo menos enquanto perdurarem as medidas de isolamento para contenção do surto da Covid-19, na forma que especifica.

**38 – LEI Nº 14.029, DE 28 DE JULHO DE 2020** - Dispõe sobre a transposição e a reprogramação de saldos financeiros constantes dos fundos de assistência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais.

**39 – LEI Nº 14.069, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020** - Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.

- **SANCIONADOS EM 2021**

**40 – LEI Nº 14.132, DE 31 DE MARÇO DE 2021** - Acrescenta o art. 147-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o crime de perseguição; e revoga o art. 65 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).

**41 – LEI Nº 14.149, DE 5 DE MAIO DE 2021** - Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar.

**42 – LEI Nº 14.150, DE 12 DE MAIO DE 2021** - Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc), para estender a prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores e **trabalhadoras** da cultura e para prorrogar o prazo de utilização de recursos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

**VETO PARCIAL – MENSAGEM Nº 199, de 12 de maio de 2021- PE**

**No dia 01/06/2021 o veto 21/2021 (parcial) foi derrubado pelo Congresso Nacional**

**43 – LEI Nº 14.151, DE 12 DE MAIO DE 2021** - Dispõe sobre o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus.

**44 – LEI Nº 14.152, DE 19 DE MAIO DE 2021** - Dispõe sobre a extensão do prazo de validade de prescrições médicas e de pedidos de exames complementares de diagnóstico emitidos para gestantes e puérperas, e sobre o acesso facilitado a cuidados intensivos e à internação em leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) enquanto perdurar a pandemia de covid-19.

**45 – LEI Nº 14.154, DE 26 DE MAIO DE 2021** - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para aperfeiçoar o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), por meio do estabelecimento de rol mínimo de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho; e dá outras providências.

**46 – LEI Nº 14.164, DE 10 DE JUNHO DE 2021** - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.

**47 – LEI Nº 14.171, DE 10 DE JUNHO DE 2021** - Altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para estabelecer medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento do auxílio emergencial de que trata o seu art. 2º; e dá outras providências.

**VETO TOTAL – MENSAGEM DE VETO Nº 423, de 28 de julho de 2020 - PE**

**No dia 01/06/2021 o veto 35/2020 (total) foi derrubado pelo Congresso Nacional**

**48 – LEI Nº 14.172, DE 10 DE JUNHO DE 2021** - Dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública.

**VETO TOTAL – MENSAGEM DE VETO Nº 81, de 18 de março de 2021 – PE**

**No dia 01/06/2021 o veto 10/2021 (total) foi derrubado pelo Congresso Nacional**

**49 – LEI Nº 14.188, DE 28 DE JULHO DE 2021** - Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher.

**50 – LEI Nº 14.190, DE 29 DE JULHO DE 2021** - Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão como grupo prioritário no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, com comorbidade ou privados de liberdade.

**51 – LEI Nº 14.192, DE 4 DE AGOSTO DE 2021** - Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais.

**52 – LEI Nº 14.197, DE 1º DE SETEMBRO DE 2021** - Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).

**53 – LEI Nº 14.211, DE 1º DE OUTUBRO DE 2021** - Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para ajustar a sua redação à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; para fixar critérios para a participação dos partidos e dos candidatos na distribuição dos lugares pelo critério das maiores médias nas eleições proporcionais; e para reduzir o limite de candidatos que cada partido poderá registrar nas eleições proporcionais.

**VETO PARCIAL – MENSAGEM Nº 490, DE 1º DE OUTUBRO DE 2021**

**54 – LEI Nº 14.214, DE 6 DE OUTUBRO DE 2021** – Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino.

**VETO PARCIAL – MENSAGEM DE VETO Nº 503, de 6 de outubro de 2021 – PE**

**O VETO PARCIAL Nº 59/2021 FOI DERRUBADO PELO CONGRESSO NACIONAL, NO DIA 10/03/2022. PROMULGADO EM 18/03/2022.**

*OBS: esse veto está computado na listagem de 2022.*

**55 – LEI Nº 14.232, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021** – Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO).

**VETO PARCIAL – MENSAGEM DE VETO Nº 550, de 28 de outubro de 2021 – PE**

**DERRUBADOS 2 VETOS PARCIAIS: DISPOSITIVOS 2 E 3, NA SESSÃO DO CONGRESSO NACIONAL DE 05/07/2022. FORAM MANTIDOS O “CAPUT” DO ART. 5º E O § ÚNICO DO ART.5º.**

**56 – LEI Nº 14.233, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2021** – Institui o Dia Nacional de Conscientização e Enfretamento da Fibromialgia.

**57 – LEI Nº 14.238, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021** – Institui o Estatuto da Pessoa com Câncer; e dá outras providências.

**VETO PARCIAL – MENSAGEM Nº 594, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021**



**58 – LEI Nº 14.245, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021** – Altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer).

- **SANCIONADOS EM 2022**

**59 – LEI Nº 14.291, DE 3 DE JANEIRO DE 2022** – Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), para dispor sobre a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão.

**VETO PARCIAL – MENSAGEM Nº 4, de 3 de janeiro de 2022- PE**

**No dia 08/02/2022 o Veto 2/2022 (parcial) foi derrubado pelo Congresso Nacional. O veto trata de compensação fiscal para emissoras de rádio e TV.**

**60. LEI Nº 14.310, DE 8 DE MARÇO DE 2022** – Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para determinar o registro imediato, pela autoridade judicial, das medidas protetivas de urgência deferidas em favor da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes.

**61. LEI Nº 14.311, DE 9 DE MARÇO DE 2022** – Altera a Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021, para disciplinar o afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra o coronavírus SARS-Cov-2 das atividades de trabalho presencial quando a atividade laboral por ela exercida for incompatível com a sua realização em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância, nos termos em que especifica.

**VETO PARCIAL – MENSAGEM Nº 88, DE 9 DE MARÇO DE 2022**

**62. LEI Nº 14.316, DE 29 DE MARÇO DE 2022** – Altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 13.675, de 11 de junho de 2018, para destinar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de enfrentamento da violência doméstica contra a mulher.

**63. LEI Nº 14.320, DE 31 DE MARÇO DE 2022** – Institui o Dia Nacional de Conscientização das Doenças Cardiovasculares na Mulher, a ser celebrado no dia 14 de maio.

**64. LEI Nº 14.321, DE 31 DE MARÇO DE 2022** – Altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar o crime de violência institucional.

**65. LEI Nº 14.324, DE 12 DE ABRIL DE 2022** – Institui o dia 13 de março como Dia Nacional de Luta contra a Endometriose e a Semana Nacional de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose.



**66. LEI Nº 14.326, DE 12 DE ABRIL DE 2022** – Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para assegurar à mulher presa gestante ou puérpera tratamento humanitário antes e durante o trabalho de parto e no período de puerpério, bem como assistência integral à sua saúde e à do recém-nascido.

**67. LEI Nº 14.330, DE 4 DE MAIO DE 2022** – Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para incluir o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).

**68. LEI Nº 14.335, DE 10 DE MAIO DE 2022** – Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para dispor sobre a atenção integral à mulher na prevenção dos cânceres de colo uterino, de mama e colorretal.

**69. LEI Nº 14.340, DE 18 DE MAIO DE 2022** – Altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, para modificar procedimentos relativos à alienação parental, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer procedimentos adicionais para a suspensão do poder familiar.

**70. LEI Nº 14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022** – Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e ao adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.

**71. LEI Nº 14.399, DE 08 DE JULHO DE 2022** – Institui a Política Nacional Aldir Blanc (II) de Fomento à Cultura.

**VETO TOTAL - MENSAGEM Nº 212, de 04 DE MAIO DE 2022**

**Veto derrubado em 05/07/2022.**

**72. LEI Nº 14.401, DE 08 DE JULHO DE 2022** – Inscreve o nome de Nise Magalhães da Silveira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

**VETO TOTAL - MENSAGEM Nº 251, DE 24 DE MAIO DE 2022**

**Veto derrubado em 05/07/2022.**

*Relatório consolidado pela Assessoria Jurídica e Legislativa da  
Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados – Enviado e atualizado por Ascom – 25/07/2022*